

Ainda não está descartado um acordo com credores privados

por Getulio Bittencourt
de Nova York

Os bancos comerciais ainda não decidiram se concedem uma prorrogação do prazo para o Brasil formalizar o pedido de desembolso da última parcela de dinheiro novo prevista no acordo do ano passado, de US\$ 600 milhões, que venceu em 30 de setembro último.

Mas isso não significa que o País perdeu definitivamente a chance de receber o empréstimo. "Se os bancos chegarem a uma decisão, o efeito poderá ser retroativo a 30 de setembro, revalidando o acordo", explicou ontem a este jornal um vice-presidente de um dos grandes bancos credores do País.

O governo brasileiro não formalizou o pedido de desembolso porque segundo o contrato precisaria ter fei-

to antes algum tipo de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que até agora não foi viabilizado.

Aparentemente os bancos comerciais estão retardando sua decisão à espera de uma manifestação do FMI.

"O Brasil pode estar renegociando mal a sua dívida, e os bancos comerciais podem teimar em manter seus empréstimos aos países menos desenvolvidos pelo valor nominal", disse ontem a este jornal um operador do banco de investimento Dillon, Read International, o canadense Peter Grossman, "mas o fato é que, olhando para a frente, o Brasil e os bancos vão ter que trabalhar juntos por muito tempo ainda".

Grossman é particularmente duro com a qualidade da renegociação da dívi-

da feita até agora pelos representantes do governo brasileiro. "A meu ver, é incompreensível por que os brasileiros não contrataram profissionais para fazer esse trabalho", raciocina. "Afinal, US\$ 110 bilhões é muito dinheiro, cerca de cinco vezes a compra da R.J.R Nabisco, que foi o maior negócio privado de todos os tempos. E sabem quantos bancos de investimentos estavam envolvidos no negócio da Nabisco? Uma meia dúzia, pelo menos."

Os resultados da negociação dos brasileiros com os bancos são pobres, diz Grossman, "porque a dívida tem aumentado em vez de diminuir, e porque os negociadores do País não têm experiência para fazer o trabalho". Ele entende que os bancos igualmente erram, "porque fazem uma contabilidade fictícia". E

lembra que o Brasil volta ao mercado no próximo ano para renegociar outra vez sua dívida externa num momento particularmente propício para uma boa renegociação.

"Pela primeira vez desde que a crise estourou em 1982", nota Grossman, "os bancos comerciais estão aceitando fazer negociações separados. Até agora eles estavam unidos e os países, separados. A negociação com cada grande banco caso a caso abre um espaço novo para os países endividados".

Mas ele acentua também que essa próxima renegociação precisa ser equilibrada "porque os países não precisam apenas de redução da dívida, eles também precisam de dinheiro novo. E, para isso, vão ter que oferecer algo aos bancos que não seja apenas prejuízo".